

Direção-Geral de Energia e Geologia

Av. 5 de Outubro, nº 208

1069-203 Lisboa

[recursos.geologicos@dgeg.gov.pt]

Ofício n.º 17 | AMPSP | 2021

12 abril 2021

Assunto: Aviso n.º 3711/2021, publicado pela Direção-Geral de Energia e Geologia, relativo à requisição por parte da Beralt Tin and Wolfram (Portugal), S. A., da celebração de contrato administrativo para atribuição direta de concessão de exploração de depósitos minerais de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco, estanho, tungsténio e minerais associados, denominado “BANJAS”, localizado nos concelhos de Gondomar, Paredes e Penafiel, ficando a corresponder-lhe uma área de 1185,475 hectares.

Exmo. Senhor Diretor-Geral,

Na sequência do Aviso em epígrafe, vimos por este meio prestar os contributos tidos por convenientes por parte da Associação de Municípios Parque das Serras do Porto, entidade responsável pela gestão da Paisagem Protegida Regional Parque das Serras do Porto.

A Paisagem Protegida Regional Parque das Serras do Porto constitui uma importante infraestrutura verde na densamente urbanizada Área Metropolitana do Porto, habitada por mais de 1,7 milhões de pessoas. Estas serras e vales são parte indissociável da dinâmica territorial e da nossa identidade, sendo também de estimar o seu contributo para a saúde e bem-estar da nossa comunidade.

O passado geológico e o património arqueológico são absolutamente singulares e resultaram em condições propícias à ocorrência de espécies raras de fauna e flora, que coabitam com uma cultura de ruralidade ainda muito enraizada, num território que se constitui como um laboratório de conhecimento e experimentação para a academia e a comunidade escolar e que é fruído no quotidiano por um número muito significativo de pessoas, que cá encontram um refúgio de proximidade para o seu contacto com a natureza, através da prática desportiva e do lazer.

A classificação da Paisagem Protegida Regional Parque das Serras do Porto, publicada em março de 2017, foi acolhida com recetividade e muita expectativa pela população local, que se tem envolvido ativamente neste projeto. Poucos anos volvidos, temos no currículo várias iniciativas que têm contribuído efetivamente para a melhoria do território, desde o incremento do conhecimento sobre os valores patrimoniais ao planeamento, às ações concretas de melhoria ecológica, à promoção do usufruto sustentável e à sensibilização. Foi possível reunir vários apoios financeiros, envolver inúmeros parceiros, mobilizar escolas e entidades de saúde, sendo já visíveis na nossa paisagem resultados evidentes desta nova dinâmica instalada. É um trabalho de gerações, mas cremos estar no bom caminho.

A somar às fragilidades identificadas para o território, esta paisagem protegida depara-se atualmente com novos desafios, nomeadamente os relacionados com a exploração de recursos naturais, tema complexo,

que exige uma análise necessariamente integrada, que reflita sobre todas as dimensões de impactes expectáveis, com vista à defesa dos melhores interesses para o território e a comunidade, alinhados com as estratégias e compromissos nacionais e internacionais.

A Associação de Municípios Parque das Serras do Porto encara com otimismo as declarações do Ministro do Ambiente e Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, veiculadas pelos media, nomeadamente o considerar que dificilmente o Estado aprovaria uma concessão de exploração de depósitos minerais abrangendo uma área tão significativa.

Os municípios compreendem que a fase em que o processo se encontra visa especificamente uma tomada de decisão sobre a celebração de um contrato de concessão entre o Estado, enquanto detentor dos depósitos minerais, e uma determinada empresa, cuja finalidade é garantir a esta a exclusividade em caso de uma eventual exploração, e que seria ainda elaborado o projeto mineiro, necessariamente sujeito a todo o procedimento inerente a uma Avaliação de Impacte Ambiental, que inclui nomeadamente um período de consulta pública.

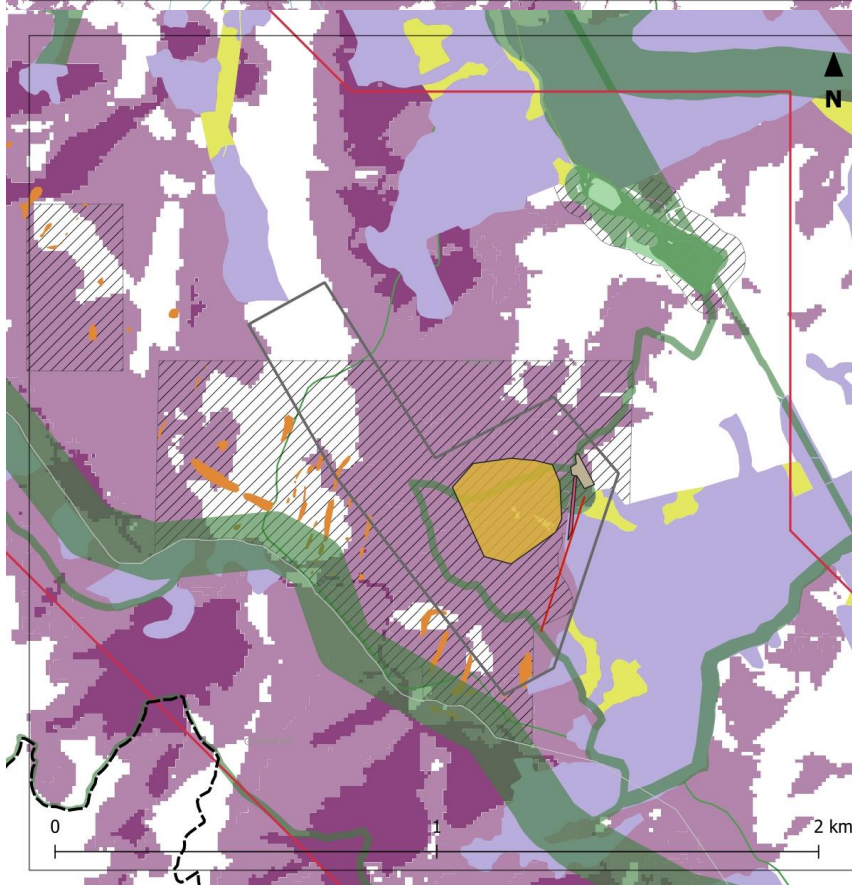
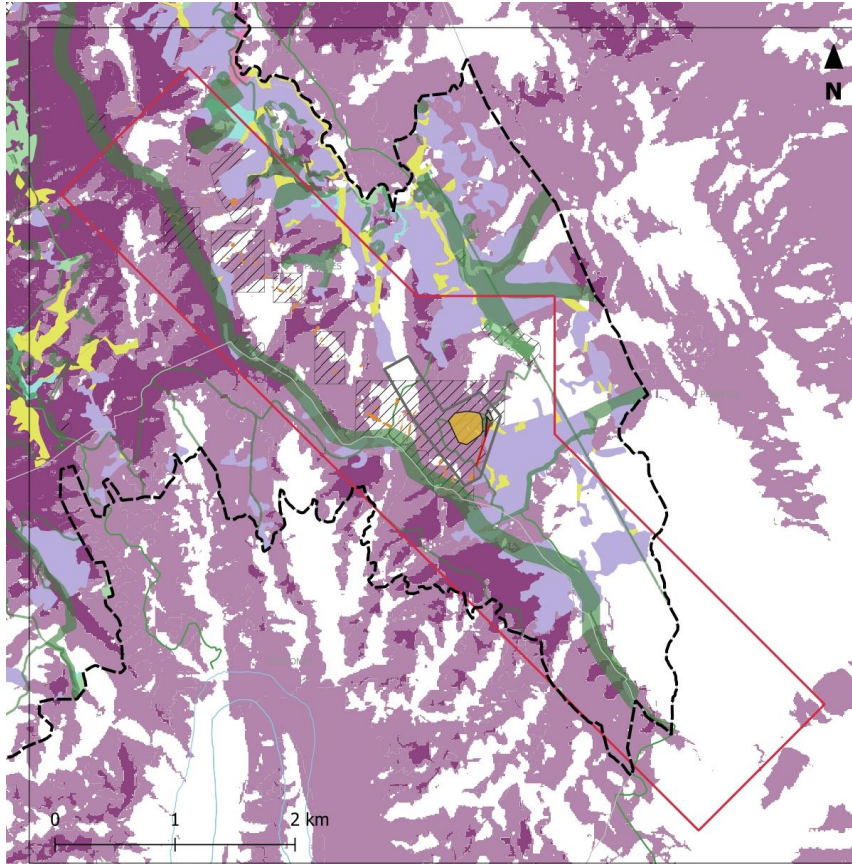
Não obstante, no sentido de atuar preventivamente e demonstrar a sua total disponibilidade para uma articulação estreita com as entidades competentes, a Associação de Municípios vem sensibilizar para o conhecimento, iniciativas e expectativas existentes em torno deste território, certa de que serão tidos em consideração na análise e ponderação deste processo por parte do Ministério do Ambiente e Ação Climática. De forma não exaustiva, salienta-se:

1. A área prevista para a concessão abrangendo 1185,475 hectares corresponde a cerca de 1/5 da paisagem protegida, sendo que na sua grande maioria se encontra inscrita dentro desta, que, por sua vez, está integrada na Rede Nacional de Áreas Protegidas. Considera-se também dissonante a área de concessão em comparação com a área que a empresa prevê para eventual exploração, o que antecipa perspetivas de expansão futura;

2. Conforme já referido, tem-se verificado um elevado investimento no conhecimento sobre o território, estando a Associação de Municípios disponível para partilhar com a DGEG a informação de que dispõe, no decorrer de uma abordagem concertada do processo. Salientamos desde já os seguintes pontos, que se descrevem e que podem também ser facilmente percecionados na cartografia apresentada na página seguinte:

2.1. Atendendo à elevada qualidade visual da Paisagem Protegida e à sua baixa capacidade de absorção visual, promoveu-se um estudo de sensibilidade da paisagem, uma ferramenta que ilustra de forma objetiva os gradientes de visibilidade do território, associados a observadores fixos e temporários, constatando-se que a zona em questão apresenta uma elevada expressão de áreas com visibilidade elevada a muito elevada. De acrescentar que as zonas previstas para instalação de resíduos e de equipamentos auxiliares se encontram em área de visibilidade alta, portanto, com impacte visual significativo;

2.2. Decorrente dos Estudos Prévios inerentes ao Plano de Gestão do Parque das Serras do Porto, foram definidas neste documento as «Áreas Estratégicas para Gestão», que incluem «Áreas de Valorização da Biodiversidade», «Espaços Florestais Estratégicos» e «Áreas Complementares de Valorização e Gestão», às quais estão associadas medidas e ações concretas, verificando-se que a área pretendida para concessão de exploração mineira apresenta uma série de áreas delimitadas como estratégicas para gestão, que carecem, portanto, da devida apreciação. Destaca-se, neste âmbito:



- Ocorrência do habitat «Charnekas Secas Europeias», considerado de especial relevância no contexto da Zona Especial de Conservação 'Valongo', da Rede Natura, mas que não se confina a essa área e apresenta na serra das Banjas expressão significativa e a salvaguardar. De referir que estes espaços abertos, além do valor intrínseco, são fundamentais para espécies faunísticas protegidas como é o caso do falcão-peregrino (obs. ninho identificado na proximidade – Senhora do Salto);

- Delimitação de várias componentes de «Espaços Florestais Estratégicos», de intervenção específica e a priorizar na ótica da prevenção de incêndios;

- Ocorrência de várias áreas de salvaguarda de vestígios arqueológicos identificados, nomeadamente cortas e outros testemunhos a preservar. De referir que estes vestígios integram um património único, reconhecido por especialistas como o maior complexo de mineração romana de ouro de todo o Império Romano, sem paralelo noutros países, pela extensão e pela diversidade de técnicas que se encontram no território. Tem havido um elevado empenho e investimento das autarquias, academia e associações locais na valorização deste património, de facto identitário e cuja relevância mundial advém necessariamente do seu conjunto. A própria mina que o proponente prevê explorar tem origens romanas e, embora as técnicas atuais sejam distintas, uma eventual exploração poderá afetar património arqueológico importante;

3. No que concerne aos impactes em espécies faunísticas e florísticas, estes exigem um estudo abrangente, cuidado e específico para a área em questão, que se debruce sobre a ocorrência e impactes expectáveis da implantação e laboração da eventual mina e infraestruturas complementares, decorrentes da perturbação de habitats, ruído e outros fatores. Teve início este ano a década do restauro dos ecossistemas, especialmente oportuna face à problemática das alterações climáticas e que salienta a importância de promover a resiliência dos nossos habitats naturais e a salvaguarda da biodiversidade. De referir a existência na área de um fojo classificado como abrigo nacional e integrado no Plano de Monitorização de Morcegos Cavernícolas promovido pelo ICNF, sendo de prever que ocorram outras colónias em cavidades similares;

4. O território apresenta um relevante passado geológico, que remonta pelo menos à Era Paleozoica. O Anticlinal de Valongo e posterior inversão do relevo, o registo fóssil e as cristas quartzíticas são alguns exemplos do vasto património a preservar, não descurando também as linhas de água e as construções vernaculares, como os muros divisórios em xisto, entre outros valores;

5. As infraestruturas de apoio que um processo de exploração mineira implica têm impactes visuais e outros, extensíveis à circulação diária de viaturas pesadas em caminhos no interior da área protegida. Nesta fase, não se dispõe de elementos que permitam uma análise quanto ao edificado, mas destacamos desde já a previsão de mais de 60 hectares para deposição de resíduos decorrentes da exploração, com impactes paisagísticos e ecológicos;

6. É fundamental que este processo seja articulado com as demais iniciativas que se encontram a decorrer e que se perspetivam para o território, as quais visam promover a conservação, valorização e usufruto sustentável da área protegida. A título de exemplo, a Rede de Percursos Pedestres, em fase de conclusão.

Considera-se que foram apresentados elementos relevantes, que demonstram o elevado investimento em conhecimento, em instrumentos de gestão e em participação cívica, bases fundamentais de uma paisagem protegida periurbana como é o caso do Parque das Serras do Porto.

Vimos, assim, sensibilizar a DGEG para a importância de a análise de um projeto desta natureza, desde a fase inicial de instrução, não ser casuística nem se reduzir apenas a uma dimensão, especialmente a económica, mas sim implicar uma avaliação devidamente ponderada, que integre as várias áreas temáticas subjacentes e as várias entidades que atuam sobre o território, de modo a ter em consideração a paisagem e o património na sua globalidade, o trabalho e os projetos em curso, as expectativas da comunidade e os compromissos assumidos aos mais diversos níveis.

Face ao exposto, a Associação de Municípios Parque das Serras do Porto considera que não se afigura de facto razoável a concessão de uma exploração de depósitos minerais por parte do Estado numa área desta dimensão e classificada como paisagem protegida regional, pelo que se pronuncia desfavoravelmente quanto à celebração de contrato administrativo para atribuição direta dessa concessão.

Demonstramos a nossa total disponibilidade para integrar a análise rigorosa deste processo, numa articulação certamente profícua entre as entidades competentes.

Com os mais cordiais cumprimentos.

O Presidente do Conselho Executivo

José Manuel Ribeiro, Dr.